

Culturas locais e identidade nacional em espaços transfronteiriços: questões e problemas*

Local cultures and national identity in cross-border spaces: issues and matters

Flávia Bertoni Mazzaro¹

* Artigo elaborado para fins de avaliação da disciplina Cultura, identidade e desenvolvimento local do curso de Mestrado em Desenvolvimento Local da Universidade Católica Dom Bosco, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Marinho.

¹ Graduada em Relações Internacionais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestranda em Desenvolvimento Local pela Universidade Católica Dom Bosco.

RESUMO

Os intercâmbios culturais entre as civilizações coincidem com o início da história da própria humanidade, porquanto sempre existiu contato entre diferentes povos. A partir do século XX, esses pontos de contato tornaram-se muito mais complexos pelo aumento da circulação de pessoas de produtos e informações tecnológicas que ora transpõem facilmente as barreiras físicas das fronteiras nacionais, ora enfrentam duras resistências. Neste estudo, analisam-se as questões das culturas e identidades transfronteiriças e o processo de satisfação das necessidades humanas fundamentais.

PALAVRAS-CHAVE

Cultura
Identidade
Estados nacionais
Espaços transfronteiriços

ABSTRACT

Cultural interactions among civilizations coincide with the early history of humanity itself, because there always had contact among different people. From the twentieth century, these points of contact have become more complex, due to the increasing flow of people, goods and technological information, which occasionally easily cross the physical barriers of national borders, sometimes face tough resistance. This study aims to analysis the issues of cross cultures and cross-border identities in regard to the fulfillment of basic human needs.

KEY-WORDS

*Culture
Identity
National states
Cross-border spaces*

1 CULTURA E IDENTIDADE EM ESPAÇOS TRANSFRONTEIRIÇOS

Em 1982, na Conferência Mundial sobre Políticas Culturais realizada na Cidade do México, a UNESCO¹ definiu o conceito de cultura como sendo:

O conjunto dos traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Engloba não somente as artes e as literaturas, como também os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças.

Cultura é, pois, o conjunto de atividades, normas, valores, crenças, artes e outros hábitos adotados por uma comunidade e instrumentalizados por seus integrantes como meio de sobrevivência (UNESCO, 1995).

A cultura reúne elementos que definem a identidade pessoal de cada indivíduo, quais sejam: a língua, o espaço, a época, a religião, o parentesco, o sexo, entre outros (MARTINS, 2007).

A identidade não é parte inerente ao homem que acaba de nascer, tampouco dele se ajusta de maneira única, permanente e imutável. Ao contrário, “toda identidade (individual ou coletiva) é múltipla, inacabada, instável, mais uma busca do que um fato” (AGIER, 2001, p. 10), sendo que “o processo de construção identitária de um grupo é sempre de caráter relacional” (HAESBAERT, 2001, p. 45), isto é, se constrói amiúde por meio da percepção da alteridade presente nas relações entre nós, aqueles que nos assemelham e os “outros”.

A partir desta perspectiva, a identidade define-se como o sentimento de compartilhar coletivamente, numa dada época e lugar, as mesmas práticas culturais, as quais se constroem e se reconstroem na memória do grupo por meio das interações cotidianas. O homem apreende a sua realidade histórica a partir de preceitos existentes no tempo e no espaço em que vive e que foram estabelecidos pelas gerações que o antecederam (MARTINS, 2007). Portanto, toda identidade deve ser contextualizada, já que são suscetíveis a mudanças constantes.

Para Martins (2007), a formação cultural das identidades se dá em três níveis: identidade nacional, social e pessoal. Soma-se a essas

esferas a identidade local. O Estado permeia de maneira preponderante todas elas.

O sistema político universal vigente, pautado na legitimação de Estados soberanos e independentes sob territórios contíguos, geograficamente bem demarcados pelos limites fronteiriços, contribui para a formação do coletivo nacional, que nos difere, cidadãos de um país, daqueles outros que se encontram logo ali, no lado oposto da fronteira.

Vale ressaltar que as sociedades se consolidam em torno de mitos, os quais prescindem da organização centralizadora dos Estados. No entanto, a ideia de nação reforça a fronteira, à medida que conserva o caráter nacional e ressalta as diferenças de identidade que particularizam um povo (SILVEIRA, 2005). Ou, conforme relembra Claxton (1994, p. 11), “cada sociedade organiza sua existência segundo sua própria visão de mundo”.

O Estado é parte condicionante para a formação cultural genérica de suas comunidades. Os particularismos dos indivíduos se formam, articulam-se e contrastam-se a partir da perspectiva desta culturalidade genérica (MARTINS, 2007).

Ora, os Estados, desde a sua criação, vêm competindo na arena internacional com forças consideradas legítimas e ilegítimas (TOSTES, 2004). Sendo a diversidade cultural uma realidade incontornável interna aos países e externa a eles, repetidas vezes o contexto multicultural suplanta as fronteiras político-geográficas, transpondo-as (PEÑALONZO, 2003). Peñalonzo (2003, p. 152) complementa:

O cruzamento de fronteiras tem arrebatado espaços, criado áreas de encontro e desencontro, há gerado espaços culturais que constituem pontos de contato e de confronto, lugares de apropriação e de justaposição, de entrelaçamento e de conflito, de desarraigamento e de precariedade.

De acordo com dados das Nações Unidas², em 2005, o número de migrantes internacionais era de 191 milhões, entre legais e ilegais, ou seja, 3% da população mundial à época.

Habitualmente, as fronteiras dos países encontram-se numa dupla condição de marginalidade, já que estão longe dos centros

nacionais – física, política e economicamente –, além do isolamento com relação aos Estados vizinhos ocasionado pela intrínseca função desagregadora dos limites políticos. Soma-se a essas condições a carência de legislação e projetos de estímulos orientados especificamente para as regiões fronteiriças (STEIMAN; MACHADO, 2002).

Além da já mencionada distância dos centros de decisão, Dietz (2008) destaca outras dificuldades observadas cotidianamente nos espaços internacionais fronteiriços, como o baixo nível de desenvolvimento, menor densidade populacional, contrabando, narcotráfico, migração ilegal, dentre outros.

A fronteira entre os Estados Unidos e o México é um exemplo clássico das dicotomias enfrentadas dia a dia pelas comunidades dos dois países. Giovanna Campani (2008) nos relembra ainda que a União Europeia – reiteradas vezes ressaltada como o grande exemplo de bloco regional favorável ao multiculturalismo –, igualmente discrimina e segrega as minorias étnicas, os migrantes de países membros do leste Europeu e, sobretudo, os migrantes provenientes do sul do Mediterrâneo.

No âmbito da América Latina, Peñalongo (2003, p. 150) exemplifica os movimentos de algumas culturas indígenas que, a partir da década de 90, começaram a lutar para transpor fronteiras políticas, administrativas e geográficas que por séculos as discriminaram e silenciaram.

[...] caso dos guaimíes que habitam o Panamá e a Costa Rica, dos chocós e kunas que vivem entre o Panamá e a Colômbia, e o caso dos mayas que vivem em Chiapas, Tabasco, Yucatán, Guatemala, El Salvador e Honduras. Povos que lutam por sua identidade, apesar das fronteiras geográficas existentes.

Já na América do Sul, são exemplos os ianomâmis que habitam o Brasil e a Venezuela e os guaranis, povos que vivem no Brasil, Argentina, Bolívia e Paraguai.

2 DESENVOLVIMENTO LOCAL E DIVERSIDADE REGIONAL: PROBLEMAS DE INTEGRAÇÃO NACIONAL

Embora a ideia de globalização não seja recente, o processo tornou-se mais perceptível após a queda do muro de Berlim e o desmantelamento da União Soviética e se intensificou, sobremaneira, com o advento da tecnologia da informação, movimentos esses que se (re)iniciaram em meados dos anos 90.

Atualmente, a palavra globalização – também chamada de mundialização ou transnacionalização – é empregada indiscriminadamente por todos os veículos de comunicação, sob múltiplos aspectos. Curioso notar, no entanto, que a globalização é abordada pelo viés de suas causas, consequências, intenções, expectativas ou resultados, mas raramente o conceito é definido com objetividade.

Para Cortez (2008), a globalização trata-se de um aumento no comércio internacional; da internacionalização e desnacionalização do capital; da desregulamentação financeira; de grande expansão do setor de serviços, entre outros.

No Ocidente, desde a década de 80, a globalização tem sido associada ao modelo neoliberal de desenvolvimento que, por essência, é contraditório. Com efeito, isso significa, por um lado, crescimento econômico e melhoria dos padrões de vida para uns e, ao mesmo tempo, desemprego e deterioração das condições sociais para outros (GERIFF, 2007).

Esta maneira de desenvolvimento pautada em referenciais puramente econômicos que claramente polariza países e sujeitos (coletivos e individuais) vem sendo, aos poucos, repensada. Não por acaso, a aferição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é hoje tão ou mais importante que a avaliação do Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de um país, já que a expectativa de vida, a escolaridade e o poder de compra de uma população – aspectos contemplados pelo IDH – estão inextricavelmente atrelados aos indicadores econômicos de desenvolvimento (PNUD)³.

Por muito tempo, predominou, portanto, o binômio desenvolvimento/investimento financeiro, à medida que era consenso atribuir

quase que exclusivamente à economia e aos recursos financeiros o desenvolvimento de um Estado, região, cidade ou local. Na nova concepção de desenvolvimento – iniciada na década de 50, conforme dados da ONU – ganham importância, entre outros, os comportamentos socioculturais. Claxton (1994) reitera que cada país deve promover o desenvolvimento salientando as próprias características culturais.

Casanova (2004, p. 26) busca a definição dada por Gago para o desenvolvimento, para quem “é o processo de mudança estrutural global (econômico, político, social, cultural e ambiental) tendente a melhorar a qualidade de vida de todos os membros integrantes da sociedade, de maneira a alcançar a mais completa satisfação das necessidades coletivas básicas”, as quais resultam da soma das necessidades humanas fundamentais. Antonio Elizalde (2000) classifica essas necessidades em nove: “subsistência, proteção, afeto, entendimento, ócio, criação, participação, identidade e liberdade”, afirmando ainda que, numa escala de importância, nenhuma se sobrepõe à outra.

O processo dicotômico da globalização, que ora reforça as fronteiras territoriais por meio das relações entre os lugares e suas identidades e ora as desassocia (AGIER, 2001) negligencia as necessidades humanas fundamentais, à medida que as culturas excluídas pela globalização buscam a economia informal, cruzam fronteiras culturais para sobreviverem e acabam reforçando a sua própria presença como o “outro” que se ignora, se distancia (PEÑALONZO, 2003).

Silveira (2005) assinala que a ideia de fronteira, a partir de uma linha divisória, reforça, em primeira instância, as diferenças. Neste diapasão, Steiman e Machado (2002, p. 9) afirmam que “fronteiras são, via de regra, concorrentes”, já que historicamente são identificadas com limites nacionais, tomando forma de barreiras físicas de defesa, aduanas, controles de circulação de pessoas e de produtos.

Para Casanova (2004), a prosaica ideia associada aos efeitos da globalização refere-se à inevitável tendência a uma espécie de homogeneização global – genérica, difusa e que permeia todas as escalas políticas e as múltiplas dimensões sociais. Porém, esse mesmo autor

adverte para o fato de que as oportunidades e os riscos afetam os lugares de maneira bastante desigual (CASANOVA, 2004).

De acordo com Martins (2007), referenciais culturais de meios distintos podem levar a conflitos, tanto em grupos geograficamente distantes, como também entre grupos de uma mesma sociedade formal. O referido autor observa que a diversificação cultural de um Estado nacional modifica as relações de poder internas e acabam alterando, também, as relações interestatais, a exemplo da reunificação alemã, após a queda do Muro de Berlim.

Corday (2005) relembra ainda que, não raro, microrregiões de diferentes países são mais afins economicamente e socialmente do que regiões de um mesmo país. Neste sentido, Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, cidades-gêmeas do Brasil e Paraguai, respectivamente, possuem dinâmicas culturais e sociais mais semelhantes do que Ponta Porã e São Paulo, por exemplo.

Ora, os Estados, em clara dificuldade de integração nacional, “buscam justificar e legitimar seu poder conformando o modo de pensar de seus cidadãos por intermédio dos sistemas de educação e de comunicação em massa” (MARTINS, 2007, p. 47). A propaganda, bem como a escola, criam e perpetuam os mitos coletivos, os quais, por sua vez, afetam as concepções dos interesses próprios (MARTINS, 2007).

Embora os Estados nacionais estejam passando por uma espécie de reformulação no que se refere ao território, à política, às questões sociais e culturais, as decisões tomadas pelos países ainda influenciam as atividades transnacionais econômicas (CORDAY, 2005).

3 IDENTIDADE E DESENVOLVIMENTO LOCAL: A QUESTÃO DE CULTURAS TRANSFRONTEIRIÇAS

O Brasil possui limites terrestres com dez países da América do Sul, numa extensão total de 16.886 quilômetros, sendo 7.363 quilômetros em linha seca e outros 9.523 quilômetros de rios, lagos e canais⁴.

Mesmo parecendo estar completamente suplantada, aparentemente sem efeitos sobre o cotidiano vivido, as fronteiras

internacionais continuam demarcando os limites legais dos países, por meio de impedimentos jurídicos, políticos e ideológicos.

De fato, o que se observa é uma proliferação de fronteiras nas sociedades contemporâneas, nem sempre resultado de uma atitude defensiva e hostil ao estrangeiro e sim de uma dificuldade em aceitar a interculturalidade. Isto é, em aceitar que a sociedade em que vivemos é influenciada, cotidianamente, pela presença de outros modos de vida, outras religiões, outras línguas, outros costumes. Assim, fronteiras muito homogêneas limitam a complementaridade, ao passo que fronteiras díspares são fonte de dinamismo (STEIMAN; MACHADO, 2002).

Ingenuidade pensar, pois, que as instituições políticas encontram-se superadas. Estados, ao contrário, ainda são importantes sob todos os âmbitos imaginados e o mito da homogeneização, que levaria a uma disfuncionalidade da fronteira, na realidade, foi superado pela percepção de uma reestruturação da funcionalidade fronteiriça, as quais deixam de ser zonas tão-somente de tensão para se converterem, também, em zonas de contato (DIETZ, 2008).

Peñalongo (2003) reitera a incapacidade de homogeneização cultural, apesar de todos os recursos da globalização. Ao contrário, persistem as diversidades culturais.

Nesse sentido, a UNESCO, na Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais, realizada em Paris, em 2005, reafirmou “que a diversidade cultural é uma característica essencial da humanidade”, configurando a livre manifestação da cultura entre uma das maneiras de satisfação das necessidades humanas fundamentais.

Já que a subsistência não é a única necessidade básica humana, conforme demonstrado por Elizalde, seria um grande erro pensar que suprir tão-somente as necessidades biológicas do homem é condição exclusiva para mantê-lo vivo. A capacidade humana de refletir criticamente sobre as situações e os atos nos separa inequivocamente dos animais. O ser humano planeja, sente, aspira, cria expectativas e vive dotado de uma razão com a qual se misturam os sentimentos.

Em regiões cujas fronteiras permitem um contato direto entre “nacionais” e “não-nacionais” como, por exemplo, nas cidades gêmeas de Ponta Porã e Pedro Juan Caballero, é notável a rica interculturalidade entre os habitantes locais de ambos os lados da fronteira, ainda que haja diferenças econômicas e sociais marcantes entre os dois países.

É inerente ao homem, e só a ele, a necessidade de entendimento, numa eterna condição de ir dando sentido às coisas a sua volta. O entendimento se dá mediante a educação formal e informal. As escolas, mediadoras de educação formal, devem ser democratizadas, a fim de integrarem as culturas, hoje, excluídas, favorecendo o diálogo (PEÑALONZO, 2003).

A educação informal é transmitida por gerações e contemplam as estórias, as lendas, os contos, os “segredos” culinários e medicinais, maneiras de se vestir, condutas morais, entre outros. A criação permite o entendimento, mas é a partir do entendimento que se cria. O estímulo às peculiaridades locais, como as músicas, a culinária, o artesanato, a literatura e o bordado eternizam a identidade do lugar, ao mesmo tempo em que valoriza os que ali vivem.

O enfoque endógeno de desenvolvimento considera o contexto sociocultural em que o desenvolvimento se realizará, objetivando a satisfação das necessidades do povo. Para tanto, a participação da população é imprescindível (CLAXTON, 1994).

De acordo com Martins (2007), pensar e planejar o desenvolvimento é dotá-lo de um caráter mais humano. As pessoas devem participar ativamente e não apenas serem beneficiárias do desenvolvimento, já que “todo ser humano é um agente imediato da construção do próprio destino” (Ibidem, p. 16).

Claxton (1994, p. 41) define participação como a “antítese da exclusão ou marginalização”. A participação das coisas coletivas deve abranger a todos os pertencentes a uma comunidade e a cada um, indistintamente, nos assuntos locais, regionais e nacionais, como na organização de festas, cultos, mobilizações sociais, participação política, associações, cooperativismo, esportes, eventos, folclore, cerimônias

(aniversário, batismo, casamento, velório), escola, museu, gincana, rituais, carnaval, música, dança, etc.

A participação é importante, sobretudo, para construir a identidade. O homem só participa se se identifica por meio de suas escolhas. Assim, a liberdade é, também, condição necessária à sobrevivência do humano. As escolhas devem contemplar a liberdade de expressão, de pensamento, de locomoção, a opção religiosa e sexual, o esporte, a culinária, a leitura, as castas, o modo de se vestir, de falar, entre outros.

O homem, por meio da liberdade para fazer as escolhas, constrói-se individualmente, fragmentando-se em várias identidades e dessa forma, se constrói no coletivo, socialmente integrado a grupos que lhe parecem mais afins nos âmbitos local, regional e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do século XX, a globalização intensificou-se de maneira tal que já não se pode distinguir, sem mínima observância prévia, a origem de produtos, ideias e pessoas. Mas, se por um lado o processo de globalização aproxima mercados por meio de ideologias homogeneizantes que pendem para as integrações regionais, de outro, fragmenta sociedades, evidenciado pela extraordinária diversidade cultural existente.

A partir dos fluxos populacionais e da vida cotidiana em espaços transfronteiriços, identidades e culturas são continuamente reinventadas. Assim sendo, nas condições atuais, é impossível fechar-se ao “outro”, e a satisfação de certas necessidades humanas fundamentais faz-se mister para os comunitários de lado a lado.

NOTAS

¹ UNESCO. Mexico City Declaration on Cultural Policies – World Conference on Cultural Policies. México City, 1982. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2009.

² UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009). *International Migration Report 2006: A Global Assessment*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf>. Acesso em: 14 maio 2009.

³ PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 9 jun. 2009.

⁴ IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

REFERÊNCIAS

AGIER, Michel. *Distúrbios identitários em tempos de globalização*. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/mana/v7n2/a01v07n2.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2009.

CAMPANI, Giovanna. Migration inside the European Union after its enlargement: Consequences for the European Democracy? In: *Rethinking Global Migration: Practices, Policies and Discourses in the European Neighbourhood*. Zeplin Ýle_pim Hizmetleri Ltd. D. 6. Cadde 45/2, Birlík Mahallesi, Çankaya 06610. Ankara, 2008. Disponível em: <http://www.kora.metu.edu.tr/glomig/GLOMIG_Conference_Proceedings_Book.pdf>. Acesso em: 14 maio 2009.

CASANOVA, Fernando. Desarrollo local, tejidos productivos y formación: abordajes alternativos para la formación y el trabajo de los jóvenes. *CINTERFOR*, Montevideo, 2004. 163 p. (Herramientas para la Transformación, 22). Disponível em: <http://www.ilo.org/public/spanish/region/ampro/cinterfor/publ/des_loc/pdf/total.pdf>. Acesso em: 14 maio 2009.

CLAXTON, Mervyn. *Cultura y Desarrollo*. Estudio. Paris: UNESCO, 1994. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0009/000970/097070s.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

CORDAY, Pierre-André. *Business and State Relations in Latin America*. The Role of Transnational Corporations in Peru. 2005. 287 p. (Thesis presented to the Faculty of Economics and Social Sciences at the University of Fribourg (Switzerland) in partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Economics and Social Sciences). Fribourg. Disponível em: <<http://ethesis.unifr.ch/theses/downloads.php?file=CordeyPA.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2009.

CORTEZ, Rafael de Paula Santos. Globalização e proteção social nos países desenvolvidos: uma análise da literatura. *Revista de Sociologia e Política*, Curitiba, v. 16, n. 31, p. 161-76, nov./2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v16n31/v16n31a12.pdf>>. Acesso em: 14 maio 2009.

DIETZ, Circe Inês. *Cenários contemporâneos da fronteira Brasil-Argentina*: infra-estruturas estratégicas e o papel dos atores no processo de cooperação/

integração transfronteiriça. 2008. 238 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/13551/000648852.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 abr. 2009.

ELIZALDE, Antonio. Desarrollo a escala humana: conceptos y experiencias. *Interações - Revista Internacional de Desenvolvimento Local*, Campo Grande, v. 1, n. 1, p. 51-62, set. 2000.

GEREFFI, Gary. Promessa e desafios do desenvolvimento. *Tempo Social - Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 223-48, jun. 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ts/v19n1/a12v19n1.pdf>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

HAESBAERT, Rogério; SANTA BÁRBARA, Marcelo de Jesus. Identidade e migração em áreas transfronteiriças. *Geographia*, Niterói, ano III, n. 5, p. 43-60, set. 2001. Disponível em: <http://www.uff.br/geographia/rev_05/rogerio5.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2009.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 18 jun. 2009.

MARTINS, Etevão C. de Rezende. *Cultura e poder*. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2007. v. 1, 152 p.

PEÑALONZO, Jacinto Ordóñez. La escuela, diferentes contextos culturales y culturas de frontera. *Revista Brasileira de Educação*, Porto Alegre, n. 23, maio/jun./jul./ago. 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a10.pdf>>. Acesso em: 12 abr. 2009.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Desenvolvimento humano e IDH*. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/idh/>>. Acesso em: 9 jun. 2009.

SILVEIRA, Flávio Leonel Abreu da. As complexidades da noção de fronteira, algumas reflexões. *Caderno Pós Ciências Sociais*, São Luís, v. 2, p. 16-36, 2005. Disponível em: <http://www.pgcs.ufma.br/Revista%20UFMA/n3/n3_Flavio_Silveira.pdf>. Acesso em: 22 abr. 2009.

STEIMAN, Rebeca; MACHADO, Lia Osorio. *Limites e fronteiras internacionais: uma discussão histórico-geográfica*. 2002. Disponível em: <<http://acd.ufrj.br/fronteiras/pdf/REBECALIADiscBibliog.pdf>>. Acesso em: 1 maio 2009.

TOSTES, Ana Paula. Identidades transnacionais e o Estado: viço e teimosia? *Lua Nova*, São Paulo, v. 63, 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n63/a03n63.pdf>>. Acesso em: 7 abr. 2009.

UNESCO. *Convention on the protection and promotion of the diversity of cultural expressions*. Paris, 20 October 2005. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <http://portal.unesco.org/en/ev.php-URL_ID=31038&URL_DO=DO_TOPIC&URL_SECTION=201.html>. Acesso em: 1 maio 2009.

_____. *Culture Dynamics in Development Processes* (Ed. Arie de Ruijter, Lieteke van Vucht Tijssen). Netherlands: UNESCO Publishing / Netherlands National Commission for UNESCO, 1995. 286p.

_____. *Mexico City Declaration on Cultural Policies – World Conference on Cultural Policies*. México City, 1982. Disponível em: <http://portal.unesco.org/culture/en/files/12762/11295421661mexico_en.pdf/mexico_en.pdf>. Acesso em: 9 jun. 2009.

UNITED NATIONS. Department of Economic and Social Affairs, Population Division (2009). *International Migration Report 2006: A Global Assessment*. Disponível em: <http://www.un.org/esa/population/publications/2006_MigrationRep/exec_sum.pdf>. Acesso em: 14 maio 2009.